



**EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO
E O SILENCIAMENTO DO TRABALHADOR**

Taísa da Silva Boeira

Caxias do Sul, 2019

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE PSICOLOGIA

**EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO
E O SILENCIAMENTO DO TRABALHADOR**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a
Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia, sob
a orientação da Professora Doutora Luciene Jung de
Campos.

Táisa da Silva Boeira

Caxias do Sul, 2019

AGRADECIMENTOS

À professora Luciene, minha orientadora neste trabalho, que teve a paciência de me iniciar nos caminhos da Análise do Discurso e a amorosidade de me guiar no processo.

Ao Guilherme, companheiro de vida e de ideias, que me ofereceu generosamente a sua companhia e seu amor, embora fossem grandes as dificuldades da graduação.

À minha mãe Nice, meu pai Enor e meu irmão Maicon, por compreenderem minhas ausências, acreditarem em mim e nas minhas escolhas.

À Nicoli Carati que, com sua amizade, me fez confiante de mim mesma.

À Ana Magnus que, com sua escuta, ajudou a desatar os nós que insistiam em criar barreiras para a finalização deste trabalho.

Aos amigos e colegas que desanuviaram o céu carregado de pensamentos confusos.

Ao Daniel, chefe e amigo, que realiza na prática diária a ideia de uma outra forma de relação de trabalho.

À Raquel Alquatti que, embora sem conhecer, me proporcionou observar a Análise do Discurso na prática, ao ler seu TCC.

Aos professores que me mostraram a ética, a política e a beleza desta profissão.

*Sei que a nossa caneta é o machado
mas poetas da popularidade
com sonetos e versos caprichados
já disseram por nós lá na cidade:*

*Que lutar por registro na carteira
será nossa causa verdadeira.*

Tom Zé

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
OBJETIVOS	10
Objetivo Geral	10
Objetivos específicos	10
ANÁLISE DO DISCURSO: ENTRE A TEORIA, O MÉTODO E O ANALISTA	11
Linguagem.....	12
Sujeito e Ideologia	13
Conceitos em Destaque nesta análise	15
Materialidade.....	16
TRABALHO, HISTÓRIA E SENTIDOS.....	18
Contexto de Criação do Ministério do Trabalho.....	19
CAPITALISMO, SUBJETIVIDADE E TRABALHO.....	22
Adoecimento e Organização do Trabalho.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1. Retirada do letreiro do Ministério do Trabalho.....	17

RESUMO

O Ministério do Trabalho foi criado em 1930, no governo Getúlio Vargas, com o intuito de promover políticas públicas de apoio ao trabalhador, com foco em mediar a relação do trabalhador e o mercado de trabalho, como um aliado atuando em contraposição ao capital. No início de 2019, o Ministério do Trabalho foi extinto e suas atribuições distribuídas entre os Ministérios da Justiça e da Economia. Tendo-se em vista os objetivos dessa instituição e sua relevância como uma tentativa de força estabilizadora da balança entre o lucro e o trabalho, abre-se uma discussão a respeito dos sentidos possíveis que o trabalho adquire a partir deste marco, a importância e o lugar dados ao trabalhador nessa nova conjuntura e os possíveis efeitos do desaparecimento desta instituição de proteção ao trabalhador dada a constituição subjetiva que o capital produz. Para tal, utilizo a Análise do Discurso de Michel Pêcheux, que entrelaça o sujeito psicanalítico, a linguagem que o constitui sujeito e a ideologia que o atravessa, como dispositivo teórico-metodológico.

Palavras-chave: ministério do trabalho; análise do discurso; capitalismo; sujeito

INTRODUÇÃO

O trabalho que segue, propõe a discussão do entrelaçamento entre os sentidos do trabalho e o sujeito-trabalhador. Para isso, tomou-se como objeto de estudo a extinção do Ministério do Trabalho.

A escolha desta temática advém da experiência no estágio em Organizações e Trabalho, a partir do qual foram sendo tecidas problematizações a respeito da precarização do trabalho, e dos seus efeitos na saúde mental do trabalhador, mobilizando o lugar ocupado pelo estagiário-trabalhador.

Durante a graduação, as disciplinas de caráter social e seu entrelaçamento com o político, assim como aquelas com olhar psicanalítico, foram fundamentais para o interesse nos processos de subjetivação. A título de exemplo, pode-se citar as disciplinas de Psicologia Social: subjetividade e contemporaneidade, Psicologia do Trabalho, Laboratório de Prática Psicológica I – foco institucional/organizacional, Estágio Básico II, Psicologia Institucional, e Psicologia e Psicoterapia Psicanalítica.

A problemática do trabalho, e seus desdobramentos para a vida do sujeito trabalhador e não-trabalhador, são objetos de estudo da Psicologia das Organizações e do Trabalho, no que diz respeito aos impactos do trabalho na saúde mental do trabalhador, e das mudanças na organização do trabalho que possam beneficiá-lo e prevenir seu adoecimento. Esta forma de abordagem da questão, tende a estabelecer o ponto de partida para análise a partir da estrutura, organização e sistema econômico nos quais estamos inseridos sem, no entanto, problematizá-los.

Desta maneira, faz-se necessário ocupar outro campo de análise, a partir do qual o olhar para o trabalho possa ser questionado, incluindo os impactos que o sistema econômico exerce na organização do trabalho, assim como sua influência para o adoecimento psíquico da população brasileira.

Neste cenário, a Psicologia das Organizações e do Trabalho tende a atuar com a prerrogativa da neutralidade frente as discussões do campo ideológico, incorrendo, por vezes, na assunção de posições passivas diante das causas de adoecimento psíquico do trabalho na atualidade. Este trabalho busca aprofundar os efeitos do capitalismo neste processo, ampliando questões importantes para o campo psicológico.

Ao firmar este objetivo, foi preciso buscar um referencial de análise compatível com as proposições deste trabalho, o que foi possível ao estabelecer a Análise do Discurso Francesa, a partir de seu teórico Michel Pêcheux como referencial. Este dispositivo

téorico-metodológico-analítico se localiza no entremeio entre a Psicanálise, o Materialismo Histórico e a Linguística.

O processo de Análise do Discurso inicia na constituição do *corpus* da análise, o qual compreende a decisão do que faz parte desta delimitação de análise, de acordo com os critérios da teoria, estabelecendo propriedades discursivas ao objeto em questão. Este método coloca a análise em relação com o pesquisador, na construção de uma das possíveis compreensões sobre o material analisado, exigindo a intervenção constante da teoria nesta relação e evidenciando a implicação do pesquisador.

A organização deste processo de análise pode ser compreendida em três etapas de trabalho, iniciando com a acima descrita, a passagem da superfície linguística para o objeto discursivo, estabelecido na definição do *corpus*, no qual ocorre o processo de de-superficialização, a compreensão da sintaxe e do processo de enunciação, questionando-se quem diz, em quais circunstâncias e como diz.

A segunda etapa constitui aprofundar a análise para atingir o processo discursivo, observando qual o modo de construção, estruturação e circulação deste discurso, e de que forma ele se relaciona com outros discursos. A passagem da delimitação do *corpus* para a identificação das formações discursivas permite iniciar a análise da relação destas formações com a ideologia e assim, compreender como se formam os sentidos presentes no discurso.

A terceira etapa ocorre ao delinear-se o processo discursivo, as relações de sentido e poder que o atravessam, os não-ditos e efeitos metafóricos, explicitando as forças que constituem o discurso em análise.

A utilização deste método de análise corresponde à compreensão de que as produções dos sujeitos estão, em certa medida, determinadas por diversas variáveis socio-históricas, psicológicas e de linguagem, exigindo do analista um olhar para além do seu conteúdo e forma, na busca por localizar as estruturas que promovem o discurso e, assim, tecer possibilidades de sentidos.

A extinção do Ministério do Trabalho em 2019, órgão criado em 1930 com a função de atuar na mediação entre o trabalhador e o capital, produziu uma série de discursos. A proposta deste trabalho é construir possibilidades de análise à partir de uma imagem, veiculada em diversos meios de comunicação, de um trabalhador retirando as letras que faziam parte da fachada do prédio que abrigava o ministério.

Para tal, foram recrutados autores da Análise do Discurso como, Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Freda Indursky. Joel Dor trouxe para o trabalho a leitura lacaniana da Psicanálise, assim como Coutinho Jorge construiu a ponte entre Psicanálise e capitalismo.

O trabalho foi organizado em três capítulos, iniciando com um aprofundamento dos conceitos fundamentais da Análise do Discurso, destacando as condições de produção do discurso, os esquecimentos constitutivos do sujeito ideológico e a memória discursiva, como principais nesta análise.

O segundo capítulo diz respeito aos destaques históricos mobilizados pela imagem em análise, na busca por estabelecer um contexto para a criação do Ministério do Trabalho. Por fim, o terceiro capítulo propõe aproximar o contexto da dissolução do ministério com seus efeitos para a subjetividade do sujeito.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Problematizar a extinção do Ministério do Trabalho no entrelaçamento entre sujeito, ideologia e memória na perspectiva da Análise do Discurso.

Objetivos específicos

- Analisar discursivamente a imagem da retirada das letras que compunham a fachada do prédio do Ministério do Trabalho.
- Apresentar uma análise, através de recortes históricos e de conceitos da Análise do Discurso, do contexto histórico dos direitos trabalhistas no Brasil.
- Apresentar a produção de subjetividade no contexto de produção capitalista à luz da teoria da Análise do Discurso e da Psicanálise.

ANÁLISE DO DISCURSO: ENTRE A TEORIA, O MÉTODO E O ANALISTA

A Análise do Discurso Francesa é o dispositivo teórico-metodológico-analítico que orienta este trabalho para a análise da discursividade do ato de dissolução do Ministério do Trabalho brasileiro, através da imagem de trabalhadores retirando as letras que compunham o exterior do prédio no qual se localizava o órgão. Acredita-se que este seja o dispositivo mais adequado para a análise, tendo em vista a necessidade de uma interpretação que dê conta das transversalidades presentes no tema, problematizando as produções de sentido do ato discursivo e sua interlocução com o sujeito do inconsciente e a ideologia.

A Análise do Discurso constituiu-se na década de 1960 na França, tendo como seu principal teórico Michel Pêcheux. O contexto de seu surgimento é definido por Orlandi (2000) como proveniente das questões suscitadas pelas disciplinas de Linguística, Psicanálise e Marxismo, rompendo com os pensamentos do século XIX, e colocando como o centro de investigação o discurso.

A despeito de outros movimentos teóricos, de análise da produção de sentidos da língua a partir do texto na sua forma integral, a autora pontua que é a Análise do Discurso que irá considerar para além do que o discurso significa, buscando entender como ele significa, em quais relações com sua exterioridade e com a ideologia que atravessa o sujeito deste discurso.

O contexto intelectual de seu surgimento corresponde a uma mudança na interpretação da linguagem, a partir dos trabalhos de teóricos como Althusser e sua leitura de Marx e Lacan a respeito de Freud. Orlandi (2001) denomina como um deslocamento na maneira pela qual os intelectuais entendiam a leitura, não mais considerando um texto apenas pelo seu conteúdo, decodificando-o, mas expandindo essa noção para a ideia de que o ato de ler corresponde a construção de um dispositivo teórico.

A respeito da interpretação, Orlandi (2000) aponta a necessidade de ir-se além do que é inteligível no enunciado, buscando compreender como este objeto simbólico, que pode estar materializado como texto, música, imagem entre outras tantas formas, produz sentidos. A Análise do Discurso o faz, quando procura explicitar quais são os processos de significação que constituem o objeto de análise, o sujeito que o enunciou e àquele para o qual dirigiu seu discurso, permitindo-nos conhecer outros sentidos que o compõem.

Tendo em vista que a Análise do Discurso constitui-se como um dispositivo teórico-metodológico-analítico, faz-se necessário distinguir os lugares ocupados pela teoria e pelo analista no processo da análise de um discurso. Para Orlandi (2000) o dispositivo teórico, que articula a interpretação, é invariável, seguindo inalterado independente do objeto de análise. Enquanto o dispositivo analítico é construído pelo analista, no momento que formula a questão a ser analisada, realizando recortes conceituais que variam a cada nova análise. Desta forma, o pesquisador é responsável por organizar a sua relação com o discurso, realizando as escolhas de acordo com a questão que seleciona para a análise, assim compondo gestos de interpretação do discurso, dentre tantos outros possíveis.

Para tanto, o *corpus* de análise deste trabalho corresponde a uma imagem da retirada das letras que compunham a fachada do prédio do Ministério do Trabalho, realizada por um trabalhador. Este recorte é importante e será objeto de análise pela contradição do ato e pela escolha midiática de utilização desta imagem, em detrimento de outras, para a veiculação da notícia.

A escolha desta imagem para análise e não outra materialidade, que possa representar a dissolução do Ministério do Trabalho, cria os primeiros gestos de interpretação deste trabalho. Através desta seleção, ficaram de fora diversas expressões artísticas em charges e *memes* que dão conta de uma visão satírica do momento histórico que o ato representa, por vezes com caráter político partidário, que, para esta análise, se distanciariam da questão do trabalho e do foco no trabalhador em relação com o Ministério do Trabalho, objeto desta análise.

Esta escolha propõe de saída uma intenção de recuperar o olhar para as relações de trabalho contemporâneas que, por vezes, são relegadas a setores da sociedade considerados ideológicos, em um sentido comum do termo, impedindo a crítica da posição do sujeito-trabalhador frente às mudanças no mundo do trabalho.

A imagem em questão é tratada como objeto de análise a partir do recorte midiático realizado do fato histórico. Compreende-se o viés ideológico da mídia que veiculou as notícias e a imagem e, com intenção de desviar dessa possibilidade de análise para o recorte citado anteriormente, realizou-se a escolha pela imagem que estampou a maioria das notícias sobre o tema em portais da *internet*, evidenciando certa similaridade de discurso da imprensa sobre a notícia.

Linguagem

A proposta de uma Análise do Discurso coloca em questão aspectos do estudo da linguagem que estão para além da gramática e da linguística, que envolvem os signos e as normas da língua, estabelecendo como seu objeto de análise o discurso. Para tal, será preciso observar o “homem falando”, para compreender o sentido do discurso, seu uso enquanto trabalho simbólico do homem, esta palavra em movimento que faz a mediação da relação do homem com o “mundo natural e social” (Orlandi, 2000, p.15).

Para além do conceito de língua, com seu sistema de regras, e de fala, como uma realidade individual que supõe a autonomia do sujeito, o conceito de discurso proposto por Michel Pêcheux, vem retirar do sujeito este lugar de produtor de sentido, para localizá-lo como parte do funcionamento de enunciados que transversalizam suas condições de produção e formações ideológicas, produzindo sentidos entrelaçados com sua historicidade (Orlandi, 2000).

A relação que produz o discurso, segundo a autora, o coloca em uma posição de objeto sócio-histórico, sem isolar sua forma e conteúdo da sua historicidade e seus significados. Desta forma, a linguagem é o meio pelo qual a ideologia presente no pensamento se materializa, assim como a língua materializa o discurso.

Esta diferenciação que a Análise do Discurso propõe parte do pressuposto de que a comunicação não ocorre de forma linear, com intuito de informar apenas, de forma que alguém fala, utilizando um código comum, a língua, para alguém que recebe a mensagem e a decodifica utilizando este mesmo código linguístico. Assim, ao invés de mensagem, propõe-se a utilização de discurso, que compreende um sujeito que o enuncia, sentidos ideológicos e históricos que formam seu conteúdo e produzem efeitos variados, de acordo com as identificações, subjetividade e construções da realidade do sujeito que entra em contato com o discurso (Orlandi, 2000).

Esta concepção de discurso explica a variedade de sentidos que um enunciado pode produzir, utilizando-se da mesma língua com suas leis fonológicas, morfológicas e sintáticas como base. Estes sentidos não estão soltos, são sempre administrados por uma ideologia que os constituem, assim como aos sujeitos que os utilizam, produzindo processos discursivos que não atuam como “expressões individuais mas sim como inscrições em uma relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1988, p. 92).

Sujeito e Ideologia

De acordo com Pêcheux (1988), as palavras, expressões, proposições, que compõem o discurso, adquirem sentido de acordo com as posições nas quais os sujeitos

que as empregam estão localizados, estando, estas posições, inscritas em formações ideológicas. O funcionamento da ideologia, para o autor, se dá na interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso, através das formações discursivas, fornecendo assim, a cada sujeito, a sua realidade.

A compreensão de sujeito, utilizada por Pêcheux, advém da formulação de Althusser da relação existente entre o recalque inconsciente, da leitura da Psicanálise feita por Lacan, e o assujeitamento ideológico, do Materialismo Histórico de Marx, como estando ligados no processo da linguagem (Teixeira, 2000).

Para Althusser, a ideologia não corresponde a uma distorção da realidade, mas é considerada como meio pelo qual ocorre a constituição dos sujeitos, uma estrutura que se impõe sem passar pela consciência. O autor afirma que o sujeito se institui na “representação da relação imaginária com suas condições reais de existência” (Teixeira, 2000, p.75).

Esta teoria do sujeito corresponde à formulação lacaniana de imaginário, que compreende o momento no qual a criança observa sua imagem no espelho, se reconhece e percebe sua diferenciação com relação ao mundo externo. Na questão ideológica, o sujeito em estado de difusão, encontra uma imagem coerente de si mesmo, refletida em um discurso ideológico dominante, utiliza-se deste *eu* imaginário para agir de maneira socialmente apropriada (Teixeira, 2000).

A ideologia, portanto, é constitutiva do sujeito, o inaugura na discursividade, porque faz a relação do sujeito com a língua e a história para que assim faça sentido. Este sentido advém da interpretação, e esta não ocorre no vazio, não é livre de determinações. (Orlandi, 2000)

A concepção de ideologia, proposta pela Análise do Discurso, corresponde então, ao mecanismo que produz a interpretação dos sentidos provenientes da relação entre sujeito, língua e história, tendo como seu principal efeito a constituição do sujeito à partir dos dois esquecimentos descritos por Pêcheux. Estes dão conta de uma ideia de subjetividade psicanalítica, na qual ocorrem recalcamientos que fundam o sujeito.

Sendo assim, o discurso é utilizado como fonte de análise para uma compreensão do que está sendo dito, à partir de determinadas condições de produção deste discurso, do sujeito que o enuncia, evidenciando sua ideologia e a historicidade que apresenta. Desta forma, podemos compreender esta prática de linguagem como uma das possibilidades de análise do mundo, permitindo a existência de outras vias de acesso aos sentidos que a língua pode produzir (Orlandi, 2000).

Conceitos em destaque nesta análise

No processo de construção de entendimentos sobre o que é dito, é preciso compreender o discurso para além de sua mensagem explícita, mas como efeito de sentido que é produzido em determinadas condições. As condições de produção do discurso se referem ao sujeito do discurso e a situação na qual esse ocorre, assim como a memória do que está sendo dito, do que não foi e do que poderia ser dito. (Orlandi, 2000)

No que diz respeito a situação de ocorrência do discurso, a autora propõe a observação de alguns aspectos, que colaboram para a possibilidade de uma análise. Dentre eles, o contexto imediato que corresponde ao local de ocorrência, aos suportes materiais utilizados, ao momento no qual o discurso se materializa.

O contexto amplo, que considera os efeitos de sentidos derivados da forma como se estrutura nossa sociedade, suas instituições e relações de poder. Então, a história, enquanto “produção de acontecimentos que significam” (p.31), oferece o pano de fundo dos sentidos que orientam a articulação de uma análise.

Por fim, a memória que, para a autora, diz respeito ao contexto sócio-histórico e ideológico de produção de sentido, orientando a análise das circunstâncias de enunciação do discurso e os desdobramentos de sentido que ecoam quando estamos em contato com o discurso.

Indursky (2011) propõe que esta memória de que fala a Análise do Discurso não corresponde a memória biológica, dos processos cognitivos de armazenamento de informações, mas remete à memória social, chamada memória discursiva. Ela é histórica, pois carrega os sentidos que venceram a disputa entre diferentes interpretações do mundo no passado; é social, pois caracteriza aquele grupo, contexto no qual emerge; e ela é política pois se constitui num processo de luta entre forças de interpretação distintas e as denuncia.

A interpretação, como forma de explicitar a ideologia do discurso, utiliza-se dos conceitos de interdiscurso e intradiscurso para compreender as formações discursivas. O interdiscurso diz respeito ao que já foi dito, à memória daquilo que se irá dizer, a tudo que já foi construído sobre e já esquecemos, sustentando assim cada palavra dita pelos pressupostos que a significam antes de sua enunciação. Por isso o que o sujeito sabe sobre o que está dizendo não é suficiente para compreender os efeitos de sentido do que está sendo dito (Orlandi, 2000).

Quanto ao intradiscurso, este diz respeito a atualidade, as condições de produção daquele discurso. Esta relação explicita a diferença entre a constituição do sentido à partir do interdiscurso e a sua formulação naquele momento e condições específicas, o intradiscurso, formando assim as bases para a sua interpretação. (Orlandi, 2000)

Orlandi (2000) propõe pensar a memória discursiva como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (p. 31). Esta memória corresponde ao efeito do interdiscurso, oriundo dos esquecimentos que fundam o sujeito.

O primeiro esquecimento proposto por Pêcheux, o esquecimento ideológico, diz respeito a uma ignorância que temos de nossa determinação, constituindo uma ilusão de que somos a “origem do que dizemos”, desconsiderando que os processos discursivos se realizam no sujeito mas que apenas é possível dar sentido a algo porque já há um sentido, constituído historicamente (Orlandi, 2001, p.35).

Ainda para a autora, há o segundo esquecimento, que é parcial, pois o sujeito tem acesso a ele. Diz respeito a uma ilusão referencial, esta causa a impressão de que existe uma ligação entre o mundo, o pensamento e a linguagem, fazendo crer que o que dizemos só poderia ter sido dito daquela maneira e com aquelas palavras, naturalizando esta relação com o mundo.

Ao propor gestos de interpretação para uma materialidade que nos é contemporânea, faz-se necessário realizar o percurso que a constitui, a memória que carrega os sentidos que circulam no social e competem no entendimento do ocorrido. Pois, “não dá para interpretar uma atualidade sem mobilizar a memória” (Indursky, 2011, p. 11).

Materialidade

A proposta de análise deste trabalho recai sobre a *Figura 1*, foto reproduzida em diversas mídias eletrônicas e que teve como função, em seu texto de origem, ilustrar a notícia da extinção do Ministério do Trabalho no Brasil e sua dissolução nos ministérios da Justiça e da Economia.



Figura 1: Retirada do letreiro do Ministério do Trabalho. Brasília, 2019.¹

Daniel Marenco / Agência O Globo

¹ Disponível em <https://epoca.globo.com/a-cronica-dos-ultimos-dias-do-ministerio-do-trabalho-criado-por-vargas-ha-88-anos-extinto-por-bolsonaro-23349294>. Acesso em 18 de junho de 2019.

TRABALHO, HISTÓRIA E SENTIDOS

Orlandi (2001), ao explicar os deslocamentos que realiza das noções de história, política e ideologia para o âmbito dos estudos da linguagem, propõe a substituição da relação língua/texto para a ideia de discurso/texto. Este movimento objetiva evidenciar as camadas que o discurso alcança, para além da língua, no processo de interpretação dos seus sentidos.

A história, enquanto memória discursiva, se apresenta em cada texto através dos “vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória no interior de sua formulação” (Orlandi, 2001, p.111), resistindo ao tempo e se enraizando no dizer através das repetições textuais, nas ordens das palavras e relações de sentidos, mostrando outros discursos que coexistem e compõem o discurso em questão.

Para a autora “na perspectiva do sentido, não é a frase nem mesmo o texto que conta e rege as dimensões (...) do dizer, mas sua relação com a memória”, (Orlandi, 2001, p. 110) e esta remete às condições de produção do discurso, tanto no caráter da enunciação, quanto no contexto sócio-histórico e ideológico de sua origem.

Ao considerar a imagem do trabalhador retirando as letras da palavra Ministério do Trabalho e, com isso, explicitando a realidade da sua extinção, podemos pensar que o contexto imediato ou as circunstâncias da enunciação, como define Orlandi (2000), observadas na imagem, dizem respeito ao prédio onde antes se localizava o Ministério do Trabalho e que tornou-se o Ministério da Economia. Também, se refere ao trabalhador que aparece realizando o ato.

O Ministério do Trabalho traz em si uma memória, construída no imaginário popular como a casa do trabalhador, o lugar da obtenção de direitos, de órgão que protege o trabalhador e que é temido pelo patrão, regulamentando as relações de trabalho. A substituição do Ministério do Trabalho pelo da Economia que, além do prédio, também tomou para si algumas atribuições do ministério extinto, evidencia a mudança de foco nas questões referentes ao trabalho, deslocando o olhar das relações de trabalho e, conseqüentemente, do trabalhador, para a estrutura e organização da produção, ou seja, a economia e sua regulação de recursos e relações com o mercado financeiro.

A característica do Ministério do Trabalho de beneficiário dos trabalhadores, em detrimento do desenvolvimento econômico, sentença a exigir também uma análise do discurso só sua, torna a imagem escolhida por grande parte da imprensa para ilustrar a notícia algo passível de análise. Ora, os efeitos de sentido mobilizados seriam outros, caso

a foto registrando este momento trouxesse o Presidente da República que realizou o decreto, mas escolhe-se mostrar o apagamento do Ministério do Trabalho e o que ele significa, através das mãos dos trabalhadores, seus beneficiários diretos. Deste modo, aqueles que serão os maiores impactados com a dissolução do Ministério do Trabalho, a classe trabalhadora, é chamada a retirar as letras da fachada do prédio, tornando a imagem uma caricatura do momento histórico que a produziu.

Se acaso a classe dominante o fizesse, outras filiações de sentido seriam possíveis. No entanto, o ato que compete a esta classe foi realizado através da *caneta*, a assinatura do decreto, no escritório, lugar que pertence historicamente à classe dominante, enquanto que a mudança real ficou a cargo do trabalhador. Assim, o discurso cria sentidos no que está dito, como naquilo que poderia ser dito e não o foi.

Partindo deste contexto imediato, podemos pensar o contexto amplo a ser considerado nesta análise. De acordo com Orlandi (2000), consideramos o contexto amplo deste discurso em análise como a história e a produção dos acontecimentos que colaboram para a construção de significados em torno do Ministério do Trabalho. Para isso, faz-se necessário buscar as condições de produção do seu aparecimento.

Contexto de Criação do Ministério do Trabalho

O gesto de criação do Ministério do Trabalho em 1930 pelo então Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, é citado por diversos meios de comunicação ao noticiar seu fim, em 2019. A intenção de correlacionar os fatos faz jus a importância que a instituição representa para a história do trabalho no Brasil, assim como ao marco histórico do avanço dos direitos trabalhistas no país.

O contexto de sua instituição diz respeito a diversas pressões sociais e internacionais a favor de melhorias nas condições de trabalho. Após a Abolição da Escravatura, em 1888, o Estado precisou organizar a relação de trabalho assalariado que se acentuava no Brasil, instituindo leis de proteção ao trabalho infantil e de organização sindical dos trabalhadores rurais (Collor & Lima, 1991).

A respeito da elaboração das leis trabalhistas, Collor e Lima (1991) chamam a atenção para a complexidade da regulação do trabalho no Brasil, sinalizando a existência de um Código Comercial criado em 1850 que estabelecia mais direitos ao trabalhador do que o Código Civil de 1916, caracterizando o primeiro como mais moderno que o segundo, neste quesito.

Collor e Lima (1991), ao contextualizarem a criação do Ministério do Trabalho, relatam a eclosão de greves no Brasil, em 1917, nas quais trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho. Um líder operário, falando para uma multidão em Porto Alegre durante as greves, profere o seguinte discurso:

... mas o momento não é para conciliações, é de luta. A luta mais justificável, a luta pela vida. Os operários devem se erguer como um só homem, para sair às ruas e conquistar o pão que nos está sendo roubado e a fim de protestar contra a exploração de que é vítima a classe trabalhadora. Profligamos a ganância dos comerciantes, que, com febre de riquezas, açambarcaram os mercados para depois extorquir gota a gota o salário miserável que a custo conseguiu ganhar o operário. Nada de indecisões, nada de vacilações: o momento é grave e urge medidas imediatas, se não se quer ver morrerem de fome as famílias numerosas dos proletários. O direito mais legítimo que nos assiste é o direito da vida e esse direito ninguém nos pode tirar. Se se marcha cantando para as fronteiras, ao som das fanfarras de guerra, para combater um inimigo que não se esquece, saiamos também cantando para a rua a fim de conquistar a reivindicação dos nossos direitos. O operário não tem canhões, fuzis, metralhadoras, nem baionetas, não tem outras armas senão a greve. Assim, lancemos mão das únicas armas que possuímos (p. 25).

Segundo o autor, após a eclosão da greve, foram assinados decretos em Porto Alegre por Borges de Medeiros, então Governador do Rio Grande do Sul, que fixavam o valor dos salários de trabalhadores a serviço do Estado, outro regulando a exportação de produtos do estado, na intenção de regular o preço dos alimentos básicos, em resposta as solicitações da Liga de Defesa Popular recém formada. Dentre as reivindicações estavam: a diminuição dos preços dos alimentos básicos, criação de mercados livres nos bairros operários, fixação de valor a ser cobrado por água, luz e aluguéis, aumento salarial, estabelecimento de jornada de oito horas para adultos e homens e seis horas para mulheres e crianças.

Os episódios de greve ocasionaram uma intervenção por parte do Estado, sinalizando mudanças em favor dos trabalhadores. Os sindicatos de classes tiveram grande influência nos movimentos em favor de uma legislação do trabalho, assim como houveram influências externas importantes como o Tratado de *Versalhes*. Este continha recomendações sobre a proteção do trabalho que tiveram grande impacto na constituição das legislações acerca dos Direitos do Trabalho. Os países signatários deveriam assegurar:

direito à associação, salário mínimo, jornada de oito horas, descanso de vinte e quatro horas, proteção aos menores, salários iguais para ambos os gêneros e proteção ao trabalho da mulher.

Após a subida ao poder de Getúlio Vargas, em 1930, criou-se o Ministério do Trabalho, com o objetivo mediar as relações entre o trabalho, na figura do trabalhador e o capital, na figura do empregador e do mercado financeiro. Para Collor e Lima (1991), a gestão do primeiro ministro do trabalho não foi pacífica, Lindolfo Collor esteve no cargo acuado pela direita e pela esquerda. Se se inclinava para o lado do interesse operário, vinham críticas do empresariado; se condescendia em amenizar certas disposições de projetos de lei, ou ganhar prazo para a entrada em vigor de medidas que beneficiassem o trabalhador, os grupos de pressão, sindicais e de esquerda, o criticavam com impaciência e até impertinência (p. 17).

No que concerne a matriz de sentido na qual se inscrevem os fatos históricos citados, ambos remetem a relação entre o sujeito-trabalhador frente às exigências do mercado de trabalho regulado pelo lucro. A este respeito notam-se as mudanças na posição deste sujeito no decorrer de quase 90 anos de história. Aquele que antes esteve disposto a romper o pacto social, promovendo greves e atos de insubordinação ao Estado, foi substituído pela figura do trabalhador assujeitado a este mesmo Estado, cumprindo metaforicamente o papel de destituição dos direitos que o protegem, ao *apagar* o Ministério do Trabalho.

Ainda quanto ao trabalhador da imagem, observa-se que este utiliza equipamentos de proteção individual durante a realização do trabalho de retirada das letras da fachada do prédio, que materializam de forma inegável a conquista de direitos através das leis de proteção ao trabalhador. É nesta imagem carregada de contradições que podemos ver o trabalhador, equipado com os elementos hoje obrigatórios para sua proteção individual, apresentar o fim do órgão que simbolizou historicamente a sua proteção social.

CAPITALISMO, SUBJETIVIDADE E TRABALHO

Para que seja possível examinar a ideia de um inconsciente interpelado pela ideologia, fazendo surgir o sujeito ao entrar no discurso, convocando a linguagem que lhe cabe e que já está posta no social para assim constituir a sua subjetividade, é preciso recorrer à formulação de Lacan sobre o Inconsciente.

Para Lacan, de acordo com Dor (2003), a obra freudiana convoca a Linguística a introduzir-se no seu campo teórico. Ele o faz ao relacionar a estrutura do inconsciente com a da linguagem, propondo que é “o próprio ato da linguagem que faz advir o inconsciente e o lugar onde ele se exprime”. (p. 28)

Para a Análise de Discurso (Orlandi, 2000), o sujeito do inconsciente será interpelado pela ideologia através da linguagem, no processo do esquecimento ideológico, entrando no discurso e assumindo para si os sentidos já construídos.

De acordo com Gadet e Hak (1997), Pêcheux analisa a ideologia, nas relações sociais, como

um processo que produz e mantém as diferenças sociais necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes, e, acima de tudo, a divisão fundamental entre trabalhadores e não-trabalhadores. Neste caso, a ideologia tem como função fazer com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção” (p.24).

Ora, é possível notar que o lugar que vem sendo ocupado pelo sujeito, nas relações sociais de produção, diz respeito ao de objeto-mercadoria, alienado ao gozo do capitalista. Este lugar no discurso, constitui a sua subjetividade e produz, por sua ausência de espaço de fala, o seu próprio apagamento. Esta concepção do sujeito-trabalhador faz jus a inércia observada na classe trabalhadora ao perder o Ministério do Trabalho, símbolo da proteção da subjetividade do sujeito frente às demandas do capital.

A respeito da importância do trabalho para relação do homem em sociedade, Freud (2017/1930), em nota de rodapé do texto O Mal-Estar na Civilização, afirma que o trabalho ocupa lugar central na vida do sujeito, o trazendo para a realidade da vida em sociedade. Propõe que o trabalho oferece a possibilidade de deslocar para si e para

os relacionamentos humanos a ele ligados uma forte medida de componentes libidinais – narcísicos, agressivos e mesmo eróticos – empresta-lhe um valor

que não fica atrás de seu caráter imprescindível para a afirmação e justificação da existência em sociedade (p.36).

Partindo da proposição freudiana, podemos compreender a importância do trabalho para a constituição psíquica do sujeito, assim como do papel que desempenha na formação do laço social. Resta-nos problematizar de que trabalho estamos falando na atualidade, qual discurso o atravessa e produz o sujeito contemporâneo.

Na história do trabalho, comentada por Jorge e Bastos (2011), a passagem do artesanato, que conferia valor ao artesão na unicidade de seu trabalho, para a atuação nas linhas de produção, em uma comparação do humano com a máquina, torna o sujeito um objeto tratado como recurso humano nos processos de trabalho capitalista.

Para os autores, “no discurso do capitalista o sujeito não é agente mas servo do capital” (p. 28), trocando sua força de trabalho pelo salário, ele abdica voluntariamente do excedente de seu trabalho, tendo em vista sua impossibilidade de escolha real por outra forma de relação trabalhista.

Jorge e Bastos (2011) assinalam a dimensão perversa do discurso capitalista e sua potência na criação de subjetividades assujeitadas ao seu desejo:

apagando toda dimensão simbólica do trabalho, o capitalismo pretende fazer crer que a riqueza se multiplica por si só, ocultando não só o trabalho enquanto valor, mas o próprio gozo obtido na mais-valia. Ele faz crer que o gozo está na circulação, mascarando que o aparecimento deste se dá na produção, pela exploração do outro tido por mercadoria (p. 31).

Ocorre uma desvinculação do produto do trabalho e o trabalhador que o produz, transformando todos os elementos em objetos. Essa relação objetual é a base, proposta pelo autor, do verdadeiro sintoma da teoria marxista, no qual o homem explora o homem e subtrai o seu excedente de gozo/mais-valia às custas do corpo/trabalho do outro.

Este processo é tido como o sintoma do capitalismo, aproximando-o da perversão, pois retira do trabalhador o *status* de sujeito e o coloca como objeto capaz de produzir outros objetos de gozo.

É no estado da luta de classes, como sinaliza Pêcheux (1988), que se determinam as formações ideológicas nas quais o discurso define o que pode e o que deve ser dito. Dadas as bases do discurso capitalista, pode-se pensar que o lugar permitido ao trabalhador hoje, lhe confere a possibilidade de apenas reclamar trabalho, e mais trabalho, para fugir ao ócio que aviltaria sua moralidade, sendo-lhe vetado o dizer da recusa, da luta e reclamação de seu tempo, de sua produção.

Este parece ser o recado posto no ato de apagamento do Ministério do Trabalho e de sua representatividade enquanto espaço para a voz do sujeito-trabalhador. E lhe confere ares de perversão, ao usar do objeto-trabalhador para limpar os resquícios das letras que o possibilitavam acesso à palavra.

Adoecimento e Organização do Trabalho

Dejours (1993) teoriza o papel da organização do trabalho para o adoecimento dos trabalhadores, ao sublinhar que “a organização do trabalho é, de certa forma, a vontade de outro”(27). Este outro determina a divisão das tarefas e dos sujeitos para cada tarefa, impondo a sua ordem à liberdade do trabalhador. Então, o trabalhador perde o domínio pelo seu corpo e passa a agir segundo a vontade do outro.

Para o autor, é na impossibilidade de mudança na organização do trabalho que o sofrimento tem início, promovendo a retenção desta energia pulsional que não encontra descarga no trabalho e se acumula no aparelho psíquico levando o sujeito ao adoecimento.

No processo de luta por direitos trabalhistas, há de se observar uma busca pela retomada do seu tempo de ócio, tentando recuperar seu excedente de gozo, ou mais-valia, tomado pelo capitalista, além de sua possibilidade de ser, para além do lugar de produção que ocupa. É na organização do trabalho que ocorre a exploração do trabalhador, sistema no qual o capital encontra seu lucro e cala o sujeito.

A organização do trabalho segue os pressupostos do sistema capitalista, realizando uma seleção dos sujeitos aptos àquele trabalho, reduzindo a interferência do trabalhador no resultado de seu trabalho para alcançar uma produção em série. É neste controle exercido pelo capital que a violência se instala, impedindo o sujeito de dar vazão a carga psíquica do trabalho.

A este respeito Dejours (1993) esclarece que, para que o trabalho torne-se um fator de equilíbrio para o sujeito,

precisa-se flexibilizar a organização do trabalho, de modo a deixar maior liberdade ao trabalhador para rearranjar seu modo operatório e para encontrar os gestos que são capazes de lhe fornecer prazer, isto é, uma expansão ou uma diminuição de sua carga psíquica de trabalho (p. 31).

Ao analisarmos o papel do Ministério do Trabalho para a organização do trabalho, podemos pensar que sua atuação ia ao encontro das necessidades do trabalhador, propondo leis de proteção ao domínio do capital sobre os sujeitos, assim como realizando a fiscalização de seu cumprimento. Ao ser extinto, perde-se um espaço de suporte ao

trabalhador, jogando-o à violência das relações de trabalho de antes de sua criação, como vimos anteriormente.

Quanto a violência nas relações de trabalho, convoca-se Žižek (2008) para tecer contribuições sobre o estatuto da violência na atualidade. Em seu livro intitulado *Violência*, promove a aproximação de seis possibilidades de entendimento deste fenômeno na contemporaneidade. Para esta análise, seleciona-se a sua proposição sobre o que nomeia de violência sistêmica.

Para o autor, o capitalismo produz uma espécie de violência que, por não ser claramente identificável na trama social, torna-se invisível, impedindo assim que ocorra uma resistência a ela. Ao sinalizar o poder que o capital possui de intervir nas condições de vida e trabalho da população, promove uma reflexão a respeito do foco comumente dado a violência individualizada, na qual o sujeito irrompe contra o mundo a partir de questões puramente individuais.

Na sua concepção, a violência do sistema capitalista produz condições de vida baseadas na exploração do trabalho, influenciando diretamente na organização do trabalho. Desta forma,

é aí que reside a violência sistêmica fundamental do capitalismo, muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma pré-capitalista direta de violência social e ideológica: essa violência não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas ‘más’ intenções, mas é puramente ‘objetiva’, sistêmica, anônima (p.22).

E será no estatuto do seu anonimato que o sujeito será responsabilizado pelas dificuldades que encontrará nas suas condições de trabalho, sem ter reconhecido em si mesmo uma das vítimas da violência sistêmica que o capitalismo produz. Ao aliar-se esta reflexão a inexistência do Ministério do Trabalho como pilar de segurança para o discurso do trabalhador, é possível se aproximar dos impactos psíquicos que a sua extinção pode promover no silêncio e isolamento do sujeito-trabalhador.

A Psicanálise, afora sua capacidade de fornecer bases de entendimento das relações entre os sujeitos e o laço social, é também uma possibilidade de rompimento com o discurso capitalista de transformação do outro em mercadoria. Como propõem Jorge e Bastos (2011), o discurso do analista abre espaço para o discurso único do sujeito, para a construção da narrativa da sua experiência, e sua valorização.

Este espaço de fala oferecido ao sujeito-trabalhador é evidenciado por Campos (2016) ao relacionar o trabalho de escuta das históricas por Freud, com a necessidade de

uma escuta para o relato sobre o trabalho, pois “a dolorosa excitação provocada pelo sofrimento no trabalho não pode ser descarregada pelo pragmatismo da ação, mas unicamente pela fala do trabalhador” (p. 314).

A autora nos propõe um olhar para a *outra cena* do trabalho, a do inconsciente, trilhando os caminhos do seu desejo que compõe, para o sujeito, o sentido do seu trabalho. Este sentido então, não é passível de ser encontrado na objetividade da tarefa, mas na fantasia que, enquanto enredo, organiza a subjetividade do sujeito.

Esta ruptura com um discurso de objetificação do trabalhador é parte do que propõe este trabalho, em um exercício de localizar o sujeito, apagado no discurso capitalista, e resgatá-lo. Com a intenção de, à partir de um fato político-administrativo, a extinção do Ministério do Trabalho, ser capaz de encontrar o sujeito-trabalhador e, em seu/nosso nome, resgatar o seu discurso, que seja, a possibilidade de gozar do seu tempo e do seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho problematiza a relação entre o sujeito-trabalhador e o capital, no apagamento do Ministério do Trabalho, entrelaçando a história da criação do ministério, o discurso capitalista produtor de subjetividade e o lugar psíquico e social ocupado pelo sujeito do trabalho.

A análise do discurso da materialidade levou a problematizar a passagem do prédio do Ministério do Trabalho, assim como parte de suas atribuições, ao Ministério da Economia. Esta mudança evidencia a nova proposta para a relação do sujeito com seu trabalho, na qual a única mediação que terá espaço nesta relação será a do lucro, a da economia de recursos, deixando de lado as questões relativas ao sujeito.

Quanto ao segundo objetivo específico deste trabalho, foi possível analisar o contexto histórico das leis trabalhistas no Brasil, em relação ao surgimento do Ministério do Trabalho, ao situar as suas condições de produção dentro de uma perspectiva histórica de luta de classes, de insubordinação nos episódios de greves que deram origem ao Ministério e às leis trabalhistas que conhecemos hoje e que, estão em vias de se *flexibilizarem*.

A materialidade, como uma metáfora da dissolução de um grupo que antes se entendia como uma classe, se organizando na busca por melhores condições de trabalho. O ato discursivo denuncia o desmembramento também dessa classe, de forma a entenderem-se como indivíduos, não mais como grupo.

Diferente da fala do líder em praça pública em 1917, hoje o objetivo dos trabalhadores não é mais o de erguerem-se como um homem só, mas sim de tornarem-se, cada um, só um homem, buscando solitários os meios de alcançar os troféus destinados aos bons trabalhadores, como rege a cartilha capitalista.

E no entrelaçamento do sujeito com o discurso capitalista, vemos surgir no horizonte a produção de uma subjetividade que localiza o sujeito como mercadoria, como objeto de produção do gozo capitalista. Entregando seu tempo e produção ao outro que o explora.

O conceito de memória discursiva, que dá conta do pré-construído, aquilo que está na base do que é dito e o orienta, é convocado para analisar o desmonte do Ministério do Trabalho como o abalo de um pré-construído. A lei que rege o trabalho é desfeita, retirando a ancoragem do sujeito, o apoio psíquico que o protegia da sua entrega para a violência das regras do mercado.

Este ato é uma mensagem ao trabalhador, não há mais proteção ao sujeito na guerra do capital sobre o trabalho. O sujeito terá de lançar mão de outras defesas frente ao sofrimento no trabalho, tornando-o mais vulnerável ao adoecimento, tendo em vista a voracidade com que o capital toma o tempo e a subjetividade dos sujeitos.

Em outras direções, seria possível aprofundar as relações de trabalho na perspectiva da violência que se naturaliza no meio, convocando o sujeito a se posicionar ora como produtor ora como vítima de violência. Assim como o capitalismo, enquanto base ideológica na construção das relações sociais, constitui assunto vasto e fundamental para a compreensão do sujeito contemporâneo e seu adoecimento, tornando-se importante foco de aprofundamento deste trabalho e da Psicologia enquanto ciência.

Este trabalho possui o mérito de sinalizar uma problemática atual e de grande impacto para o sujeito-trabalhador brasileiro, assim como de promover uma tentativa de ruptura do discurso capitalista que permeia também o discurso psicológico. Diversas outras possibilidades de sentidos poderiam ser recuperadas pela materialidade escolhida para análise, assim como não se encerram com este trabalho as análises aqui iniciadas.

A feitura deste trabalho encontrou inúmeras dificuldades, quanto a compreensão do método, na escolha da materialidade e então dos aprofundamentos de análise, tornando o processo de trabalho um espelho do objeto de estudo. No entanto, nas contradições do *trabalho* é que mobilizaram-se as dificuldades do estudante-trabalhador, e o reconhecimento deste lugar, constituindo de imenso significado a finalização desta análise. O encontro com a Análise do Discurso não poderia ter sido melhor.

REFERÊNCIAS

- Campos, L. J. (2016). O trabalho e a outra Cena: Indagações sobre o sofrimento no trabalho. *Psicologia em Estudo*, 21(2), p. 313-323.
- Collor, L. & Lima, M. de A. (2000) *Origens da legislação trabalhista brasileira*. 2.ed. Porto Alegre: Fundação Paulo de Couto e Silva.
- Dejours, C. (1993). A carga psíquica do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet (Orgs.), *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. (pp. 21-32). São Paulo: Atlas.
- Dor, J. (2003). *Introdução à leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem*. (C. E. Reis, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989).
- Freud, S. (2017). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos*. (vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930).
- Jorge, M. A. C.; Bastos, F. (2009) Trabalho e capitalismo: uma visão psicanalítica. *Trivium*. 1(1), 21-33.
- Orlandi, E. P. (2000) *Análise de discurso: princípios & procedimentos* (2a ed). Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2001) *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1997) Análise automática do discurso (AAD-69). In Gadet, F. & Hak, T. (Orgs.). (1997). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, (pp. 61-162). (3a ed.). (B. Mariani, et al. Trads.). Campinas: Unicamp.
- Pêcheux, M. (2014). Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. (5a ed.). (E. P. Orlandi, et al. Trads.). Campinas: Unicamp. (Trabalho original publicado em 1975).
- Teixeira, M. (2009). *Análise de discurso e psicanálise : elementos para uma abordagem de sentido no discurso*. Porto Alegre : EDIPUCRS.
- Žižek, S. (2014) *Violência*. São Paulo: Boitempo.